

Darfur: Alguns elementos para a compreensão do conflito

Cristina Trancoso . IEEI

Intervenção das Nações Unidas

Num artigo publicado no jornal *Washington Post* a 16 de Junho, Ban Ki-Moon, Secretário-Geral das Nações Unidas desde o início de 2007, atribui ao conflito causas climáticas, sublinhando que a precipitação na região desceu 40 por cento desde os início dos anos 80, e negando-se a dar excessiva importância às questões políticas. As explicações científicas apresentadas no mesmo artigo não convencem as partes envolvidas no conflito, como se pode concluir pela reacção do MJI (ver quadro), apresentada no seu website. Esta reacção é suficiente para lançar algumas dúvidas sobre os efeitos da recente Resolução 1769 (2007) da ONU.

A resolução, adoptada pelo Conselho de Segurança a 31 de Julho de 2007, com base nos factos e no documento apresentado pela ONU e pela União Africana a 16 de Novembro de 2006 em Addis Abeba, invoca o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, implicando o uso da força para a manutenção ou o restabelecimento «da paz e da segurança internacionais». Sob a égide desta Resolução foi determinada a criação de uma força de segurança – a UNAMID – liderada pelas Nações Unidas em conjunto com a União Africana. A UNAMID baseia a sua actuação nas decisões destas duas organizações internacionais e nos Acordos alcançados em 2006 em Abuja e em Addis Abeba.

No entanto, o Acordo de Abuja, conhecido internacionalmente por DPA (*Darfur Peace Agreement*), poderá não ser a melhor base para o estabelecimento da paz naquela região. O DPA foi assinado a Maio de 2006 pelo governo do Sudão e por uma das facções do MLS (ver quadro), liderada por Minni Minawi, tendo sido rejeitado pelos outros grupos de rebeldes. Apesar da diminuição dos confrontos entre o MLS e as forças governamentais, os choques entre as milícias Janjauid e os outros grupos rebeldes sofreram uma grave intensificação, fruto da revolta contra o acordo então alcançado.

Face a estas circunstâncias, e à rejeição da presença de tropas estrangeiras (africanas e não-africanas), consideradas como invasoras, impõe-se questionar quanto tempo resistirá a operação levada a cabo pela UNAMID; ainda que os apoios internacionais previstos rondem os 650 milhões de dólares, que o corpo humanitário, proveniente de treze agências da ONU e de mais de oitenta ONG venha a rondar os 12.000 indivíduos, que o Tribunal Penal Internacional tenha o seu papel garantido, e por muito vasta (26.000 homens) e bem equipada que seja a força de intervenção criada.

Um artigo mais recente de Ban Ki-Moon no *Washington Post* revela já um diferente entendimento da enorme complexidade com que a UNAMID irá confrontar-se, terminando da seguinte forma: «Lidar com a complexidade torna o nosso trabalho mais exigente e difícil. No entanto, é o único caminho para uma solução duradoura».

Entretanto, está prevista para 27 de Outubro, na Líbia, uma conferência juntando todas as partes envolvidas, com o objectivo de negociar pela via diplomática o restabelecimento da paz no território.

A comunidade internacional

Após uma declaração conjunta com Nicolas Sarkozy, publicada a 31 de Agosto no jornal *The Times*, solicitando um cessar-fogo às partes em conflito, Gordon Brown alertou, desta vez individualmente e enquanto primeiro-ministro britânico, a 15 de Setembro: «não devemos ser condescendentes. A Resolução 1769 é apenas um primeiro passo». Brown propõe um plano em cinco frentes, concluindo que todas as partes envolvidas devem cooperar, chegando mesmo a defender o uso de medidas mais severas caso surjam bloqueios durante as negociações de 27 de Outubro.

A China e a Rússia manifestam agora o seu apoio à UNAMID. Estes países são fornecedores de armamento do Sudão o que justifica a sua actuação em Abril de 2006, bloqueando a concretização das sanções aos responsáveis pela violação dos Direitos Humanos no Darfur, decidida um ano antes.

A 16 de Setembro, no entanto, e contrariamente ao que se previa, a China ofereceu-se para participar na missão com cerca de 315 pessoas, após a Rússia se ter também mostrado determinada em prestar apoio à operação, afirmando no entanto que a soberania e integridade do território sudanês não devem ser postas em causa. Dadas as ligações chinesas com o Sudão – é preciso não esquecer que este país é também um importante fornecedor de petróleo para a China – é já uma grande vitória para a comunidade internacional o tímido apoio manifestado.

Apesar disso, existem vestígios, de acordo com o site da Amnistia Internacional, de que a Rússia continua a contribuir com armamento para alimentar o conflito, mesmo após a adopção da resolução.

Apesar da ausência, até à data, de declarações aprofundadas por parte de George W. Bush, não deixam de aparecer declarações governamentais norte-americanas justificando a opção de voto dos EUA no Conselho de Segurança, a 31 de Julho. Além disso, já antes da adopção da Resolução 1769, Bush havia prometido ao povo do Darfur que não o abandonaria, assumindo a linha da frente, em conjunto com Gordon Brown no alerta para a necessidade de agir nessa região.

A União Europeia, por seu lado, já manifestou o seu total apoio à resolução de 31 de Agosto, pela voz de Javier Solana, alto representante da UE para as relações externas. As conclusões dos encontros de Arusha, que decorreram entre 3 e 6 de Agosto, e apontam para o diálogo entre todas as partes envolvidas – incluindo os grupos rebeldes – parecem ter agrado à comunidade internacional. Apesar disso, e das promessas vindas de Cartum, de cessar-fogo durante as negociações em Tripoli, prevenção e cautela parecem ser as palavras chave.